

A particularidade da doutrina Luterana advém do fato de que a reforma protestante, realizada a partir de Martin Lutero, se fundamenta na separação entre igreja e Estado.

A história da Igreja Cristã é marcada por uma fase inicial em que os seguidores de Cristo eram vistos, pelo governo romano, como integrantes de uma seita judaica. Como tal, os cristãos passaram a ser perseguidos pelo Estado quando estes tentaram impor o culto ao imperador. Escritos do século I trazem descrições bastante tristes e chocantes das torturas sofridas por aqueles que não negavam sua fé, como serem queimados como tochas vivas em festas nos jardins dos palácios.

Após o século IV, a igreja cristã se torna estatal. Nesse momento, ocorrem as Cruzadas, a Guerra Santa, a perseguição aos hereges, a queima de bruxas e assim por diante.

Lutero poderia ter sido queimado como um sem número de outras pessoas que ousaram questionar as “verdades” da época, mas não o foi. Ele propôs uma separação do mundo do cristão em duas esferas, a religiosa e a secular, e afirmou que uma não deve ingerir ou sofrer ingerência da outra, porque cada uma tem características próprias. Assim, no entendimento de Lutero, caberia à igreja, com as suas lideranças, definir e/ou trabalhar as questões relacionadas à heresia, mas sempre usando a palavra e nunca mecanismos de repressão. Paralelamente, ao Estado, autoridade secular, caberia a repressão aos desmandos relativos aos direitos das pessoas. Um Estado realmente laico não toma partido por uma ou outra religião.

A igreja luterana veio para o Brasil com a imigração alemã, no início do século XIX (1824). Mas só em 1889, com a Proclamação da República, ela ganhou reconhecimento legal, uma vez que a Igreja Católica era a religião oficial do Império. Na prática, um exemplo disso, que ilustra o perigo de o Estado não ser laico, era que o casamento entre luteranos não era reconhecido pelo Estado Brasileiro, mas entendido como se os casais vivessem em concubinato. Além disso, havia uma série de restrições à manifestação da religiosidade não católica, que podem ser entendidas também como restrições políticas.

Mas a questão vai para além do fato de se lutar por um Estado laico. Além disso, o Estado precisa ser democrático, dentro da definição de Ivone Gebara, de que democracia não é o voto da maioria, mas a possibilidade de todas as pessoas, de uma ou de outra forma, serem incluídas.

Na Igreja Luterana há um posicionamento, ainda precário, de 1997, sobre o aborto, manifestando que nesta questão a decisão da prática ou não deve se restringir à mulher,

posto que ela decorre de uma série de elementos sociais, econômicos e pessoais. Além disso, este posicionamento defende que a vida da gestante tem prioridade sobre a vida do feto e clama por uma legislação que permita o aborto em determinados casos.

Um dos grandes problemas do fundamentalismo é que ele não aceita a hermenêutica bíblica, ou seja, não aceita nenhuma interpretação do texto sagrado. Mas Lutero era um grande hermenêutico, um doutor em Bíblia. E muitas teólogas feministas têm se especializado em hermenêutica bíblica e chamado à pauta de discussão a necessidade de revisão na forma de ler e interpretar textos bíblicos usados para diminuir a atuação e o papel das mulheres ou que restringem o direito da mulher de decidir sobre seu prazer e seu corpo.

O fato de religiões quererem usar o seu texto sagrado como verdade única e aplicá-lo a todas as pessoas é uma realidade que atravessa os tempos. Entretanto, é preciso considerar que as sociedades não se fazem de uma única religião. Mesmo que não fosse assim, vale notar que as religiões também são marcadas por divergências internas.

Na Igreja Luterana também há fundamentalistas, e nos preocupa a atuação fundamentalista de alguns parlamentares, defendendo pontos que vão contra os direitos das mulheres. Também existem discordâncias e conflitos internos na Igreja Luterana: há uma linha popular, uma linha mais carismática, uma mais conservadora e os indefinidos – que às vezes correm para um lado, às vezes para o outro e às vezes silenciam. Avalio que a atuação das feministas dentro da igreja tem feito muita diferença. A Igreja Luterana tem o sacerdócio feminino, no Brasil, há mais de trinta anos. Na Escola Superior de Teologia, no Rio Grande do Sul, em 1988 conseguimos implantar uma disciplina de Teologia Feminista e, desde 1990, temos uma professora especializada dedicada à Cátedra de Teologia Feminista.

Vale ainda dizer que em toda religião há tabus. A maneira clássica e tradicional de lidar com os tabus, no ambiente religioso fundamentalista, é simplesmente proibindo, não aceitando e punindo qualquer manifestação que contrarie o que é imposto. Numa tal situação, a experiência mostra que Estados que não são laicos se servem da máquina de repressão estatal para fazer cumprir o que está na lei (sagrada).